

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

A AUTOGESTÃO PROLETÁRIA ARGENTINA COMO RESISTÊNCIA

Gabriel Gualhanone Nemirovsky (UFMS) - gabrielgnemi@gmail.com

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (PPGE/UNESP), Campus Marília. Docente da UFMS, pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Organizações, Trabalho e Educação/CNPq

Gustavo Henrique Petean (UFMS) - gustah@gmail.com

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade UFMS (PPGAD/UFMS). Docente da UFG, pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Organizações, Trabalho e Educação/CNPq

Elcio Gustavo Benini (UFMS) - elciobenini@yahoo.com.br

Doutor em Educação; Docente do PPGAD e Coordenador do PROFIAP da Fundação Universidade Federação de Mato Grosso do Sul

Henrique Tahan Novaes (UNESP) - hetanov@gmail.com

Doutor em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pesquisador do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia/CNPq, docente do PPGE/UNESP, Campus Marília.

A Autogestão Proletária Argentina Como Resistência

RESUMO

O presente artigo tem a intenção de dar relevo à concreção histórica da organização autogestionária de trabalhadores argentinos. Para dar provimento analítico à discussão teórica que aqui se pretende realizar, foram utilizados registros de entrevistas concedidas por: a) Andrés Ruggeri, professor da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires e coordenador do Programa Facultad Abierta, programa de extensão cujo objetivo é integrar a academia universitária aos trabalhadores autogeridos de fábricas recuperadas; 2) Eduardo Murúa, principal expoente da IMPA, fábrica recuperada desde 1998 e emblemática para a mobilização nacional de recuperação e organização da autogestão dos trabalhadores; e 3) Silvia Diaz, principal expoente da cooperativa La Cacerola, consolidada em 2002 como fruto das mobilizações de resistência popular ante à profunda crise econômica, política e social que atingira a Argentina em 2001. Como resultado, atingiu-se a compreensão de que, sob a circunstância de fracionamento político-ideológico de partidos e sindicatos representativos do campo do trabalho, as ERTs não conseguem promover por si só as condições necessárias para partir da democratização unilateral no interior de suas organizações para uma elevação da consciência política coletiva do proletariado.

Palavras-chave: Autogestão Proletária, Democracia, Consciência Política Coletiva.

INTRODUÇÃO

A concreção de experiências de ocupação e recuperação de empresas pelos trabalhadores argentinos durante o período de transição entre os séculos XX e XXI logo foi caracterizada como corporificação de um espectro metafísico que carrega em si a história da luta dos trabalhadores por sua autogestão em todos os tempos e condições, desde o cooperativismo revolucionário europeu, passando pela Comuna de Paris e pelos Sovietes, chegando até a guerra civil Espanhola e a Revolução dos Cravos em Portugal, terminando por se encarnar nos trabalhadores argentinos que se comprometeram com a auto-organização do processo de trabalho em suas empresas recuperadas.

Essa forma de interpretação comete o equívoco de suprimir as singularidades históricas próprias às contradições identificadas em uma formação social qualquer, impossibilitando, sobretudo, uma interpretação histórica adequada sobre os problemas e desafios que acompanham a luta política atual dos movimentos operários em cada nação e do movimento operário mundial.

Em consequência desta observação, esse trabalho se circunscreve ao campo teórico-ideológico do marxismo dialético e procura desvendar exatamente os aspectos elementares de

consolidação e fracionamento do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER) na Argentina.

Com o objetivo de evidenciar as contradições intestinas a essa particularidade histórico-social, o texto foi direcionado para uma discussão que emergiu da utilização de *narrativas discursivas*, obtidas por meio de entrevistas com interlocutores selecionados, cujos conteúdos foram sujeitos a uma análise teórica realizada a partir das contribuições do intelectual sardo A. Gramsci, principalmente concentradas em aportes sobre a democracia operária, os intelectuais orgânicos e hegemonia e a consciência política coletiva.

Para dar provimento analítico à discussão teórica que aqui se pretende realizar, foram utilizados registros de entrevistas concedidas por: a) Andrés Ruggeri, professor da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires e coordenador do Programa Facultad Abierta, programa de extensão cujo objetivo é integrar a academia universitária aos trabalhadores autogeridos de fábricas recuperadas; b) Eduardo Murúa, principal expoente da IMPA, fábrica recuperada desde 1998 e emblemática para a mobilização nacional de recuperação e organização da autogestão dos trabalhadores; e c) Silvia Diaz, principal expoente da cooperativa La Cacerola, consolidada em 2002 como fruto das mobilizações de resistência popular ante à profunda crise econômica, política e social que atingira a Argentina em 2001.

A experiência proletária de gestão nas Empresas Recuperadas por Trabalhadores (ERTs) na Argentina

Na Argentina, os principais avanços das experiências de autogestão proletária em ERTs consistem em: retiradas igualitárias de excedentes econômicos pelos trabalhadores em 50% dos casos de ERTs; redução da jornada de trabalho e, por isso, redução do número de acidentes de trabalho; aumento da vida útil do maquinário; desenvolvimento de novos conhecimentos e práticas: como a cooperativa IMPA que desenvolveu um próprio sistema de reciclagem de alumínio e a fábrica Zanón que desenvolveu uma linha própria de produção de cerâmicos.

A concreção da *autogestão proletária* sob as vias das ERTs se encontra na área metropolitana de Buenos Aires com 60% dos casos de empresas recuperadas. Segundo Ruggeri (2011), as ERTs argentinas são compostas, na maioria dos casos, de organizações de pequeno e médio porte que comportam um quadro funcional médio de 20 e 50 trabalhadores.

Casos de maior magnitude são raros, segundo Ruggeri (2011), e resultantes de circunstâncias muito conflitivas, como a Gatic, anteriormente licenciada pela Adidas para a produção de calçados esportivos, cujo controle operário se dá em cinco das doze plantas produtivas originais, e o Hotel Bauen em Buenos Aires, um empreendimento de grande porte controlado pelos trabalhadores, mas que não possui *status* legal diante do aparelho jurídico estatal argentino.

Foram identificadas em 2010 205 experiências de empresas recuperadas, mobilizando cerca de 9.300 trabalhadores – Argentina (2014) –, que em 23,4% dos casos estão inseridas no setor metalúrgico, em 12,6%, na indústria alimentícia, em 7,8%, na indústria gráfica e em 6,3%, na indústria têxtil. Vale ressaltar, segundo Henriques e Thioment (2013, p. 92), que o setor gráfico compreende uma rede de 19 gráficas que comercializam e adquirem insumos de forma coletiva.

É necessário ressaltar também o relevante papel desempenhado pelas universidades na implementação de cursos, convênios, atividades de assessoramento e projetos de extensão universitária. Vale citar, conforme Novaes (2012) a Universidade de Comahue que por meio do “Convênio Marco” conseguiu fornecer apoio à fábrica Zanón de forma institucionalizada, criando cursos de capacitação para trabalhadores, *memória oral* dos trabalhadores e até um mestrado em pesquisa educacional e em educação ambiental. Também há o exemplo da Universidade Nacional de La Plata (UNLP) que, de acordo com Diaz *et al.* (2013), oferece projetos de extensão para a formação política de operários em fábricas recuperadas por meio das chamadas “cátedras libres”. Além disso, há a relevante participação do Programa Facultad Abierta da Universidade de Buenos Aires que possibilitou, ao longo de mais de dez anos de experiência universitária, uma relação orgânica com as ERTs por meio da extensão universitária focada em apoio interdisciplinar e investigações científicas para ajudar a luta cotidiana dos trabalhadores.

Em adição, ao empenho das universidades no apoio às ERTs na Argentina, há ainda que se mencionar a participação do Instituto Nacional de Tecnologia, a partir de sua parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social após 2003, logrou importantes êxitos no assessoramento de cooperativas e ERTs via *transferência* de tecnologia, embora várias contradições de sua atuação possam ser apontadas, conforme destaca Novaes (2012).

Eduardo “El Vasco” Murúa, um dos líderes de maior expressão na luta de 20 anos pela continuidade da ERT “Industrias Metalúrgicas y Plásticas Argentina” (IMPA), contou em entrevista um pouco da trajetória desta empresa:

A IMPA foi a primeira empresa recuperada de Buenos Aires e surgiu no calor das mobilizações populares dos piqueteros¹ e movimentos de bairro, cujo apoio foi fundamental. Sua recuperação, conquistada pelos trabalhadores, data de 1998. Era uma empresa que havia sido estatizada por [Juan Domingo] Perón em seu primeiro mandato para proteger os capitais de origem alemã que haviam ingressado na Argentina e que poderiam ser contestados pelos aliados nas negociações realizadas no pós-Segunda Guerra. Era uma grande empresa na Argentina que fabricava, em suas fases iniciais, armamentos para o Governo e possuía mais de 700 trabalhadores. Como empresa recuperada, chegamos a possuir mais de 170 trabalhadores e produzimos derivados beneficiados de alumínio: papel alumínio para revestimentos, descartáveis, etc. Hoje somos cerca de 50 na linha de produção. Por outro lado, sem embargos, conseguimos transformar a IMPA em um complexo que congrega outras cooperativas de trabalho, como o centro cultural com oficinas de dança, percussão e teatro; como a Universidade dos Trabalhadores, que fornece cursos técnicos para adultos e os bacharelados populares para a educação de crianças e jovens, que, inclusive, possuem o reconhecimento formal do Estado, com emissão de certificados e todas as garantias de validade de um diploma; por último, conseguimos a instalação de um museu para apresentar a memória de 20 anos de organização dos trabalhadores da IMPA.

A experiência histórica dos trabalhadores da IMPA é fundamental para uma compreensão adequada da trajetória pela qual se constituíram novas iniciativas de base popular-operária para a tomada de meios de produção ociosos e desenvolvimento dos meios de gestão adequados para o propósito de (re)organização do processo produtivo, por meio do qual os trabalhadores também assumem a forma de dirigentes-organizadores da produção.

A pesquisa de Neves (2013), por exemplo, detalha que a IMPA foi imprescindível para a formação de um grupo de ERTs e cooperativas de trabalho e federações como a FECOOTRA (Federação de Cooperativas de Trabalho), a Federação de Cooperativas Portuárias e a União de Trabalhadores Desempregados de Santa Fé. O objetivo de tal reunião consistia em organizar ações de resposta ao desemprego generalizado e crescente, por meio de práticas de autogestão dos trabalhadores. O grupo liderado pela IMPA e por ERTs de Santa

¹ Piqueteros é um movimento de desempregados (completar)

Fé, Córdoba e Quilmes propôs a conformação de um movimento que integrasse todas as empresas recuperadas, independentes de sua forma jurídica. Nasceu ali o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER).

O MNER aglutinou referentes oriundos de organizações sindicais e militantes sociais e políticos (direitos humanos, assembleias de bairro, universidades) que, em sua maioria, estavam ligados a tradições de esquerda e ao peronismo combativo. Seu lema é Ocupar, Resistir, Produzir [...] Desenvolveu-se como instituição de suporte para a resolução dos problemas específicos com que os trabalhadores das empresas recuperadas tinham que lidar, mas também buscaram ultrapassar os conflitos setoriais, articulando reivindicações conjuntas com diversos segmentos do movimento de trabalhadores argentino. Além disso, o MNER construiu uma plataforma política que ultrapassava as questões mais imediatas ligadas ao mercado de trabalho, discutindo e se manifestando no que se refere a temas como o não pagamento da dívida externa, o alinhamento da Argentina com a proposta bolivariana ao invés da ALCA. (NEVES, 2013, p. 107-108)

A criação interna-corporativa dos espaços democráticos erigidos pelos próprios trabalhadores no exercício de sua autonomia, mas também a manifestação da vontade coletiva para a constituição de um organismo democrático e superior-exterior para a deliberação e direção da vida social geral dos trabalhadores, representam marcos imprescindíveis para se entender como as forças sociais liberadas pela crise estrutural de dominância burguesa em 2001 e 2002 podem estabelecer novas condições de reprodução social do proletariado urbano.

Em meio ao cenário de devastação absoluta das condições de reprodução social dos trabalhadores e da intensiva pauperização e indigência das massas populares ao longo do interstício trágico entre 2001 e 2002, fermentaram-se, nos termos de Adamovsky (2012), as circunstâncias materiais para o exercício espontâneo de práticas alternativas de sobrevivência e resistência ao avanço da escassez de alimentos entre a população urbana periférica, entre as quais se situavam: a organização de Assembleias Populares em que se pautavam as exigências políticas dos movimentos populares e as Feiras Populares nas quais os clubes de troca se formavam e incentivavam o intercâmbio de bens de primeira necessidade e mobiliários no interior de comunidades mais atingidas pelo desemprego e miséria. Silvia Díaz, personagem histórica que lutou pela consolidação da cooperativa popular La Cacerola nesse período, nos conta em entrevista que:

Naquele momento histórico de crise econômica, política e social, as organizações e movimentos de bairro, assim como a grandiosa mobilização dos piqueteros, foram imprescindíveis para que fosse possível encontrarmos uma saída para aquela situação desesperadora. Num primeiro momento, articulamos feiras populares para que pudéssemos levar comida, roupa, etc.

para os clubes de troca que estavam se formando. Chegamos até a criar uma moeda social. Infelizmente essa iniciativa foi se esvaziando com o passar do tempo e passamos a procurar por soluções mais integrais para aqueles problemas estruturais. A partir disso, começamos a participar assiduamente das Assembleias Populares, organizadas na Praça de Maio para discutir os rumos políticos que pretendíamos para a solução da instabilidade institucional, mas mesmo assim, apesar da articulação e importância simbólica que isso tinha para as massas, as assembleias não forneciam respostas para a crise produtiva e industrial que havia deixado milhões nas ruas.

O trauma social vivido na Argentina no trágico período 2001-2002 também teve como manifestação a perplexidade e impotência dos canais políticos tradicionais de luta de classes alinhados ao *campo do trabalho*. As cisões intestinas aos sindicatos, que se expressavam ora como acomodação ora como antagonismo à condição de conciliação de classes, havia submetido as organizações de representação ocupacional a uma ampla e profunda fragmentação que condenaria a consciência política da classe trabalhadora a um momento subordinado aos interesses econômico-corporativos, de escopo imediato, incapaz de liberar as energias para uma rebelião social integral.

Além das rupturas sindicais, também os organismos político-partidários vinculados historicamente à luta do trabalho haviam, desde a *redemocratização* de 1983, assumido posições dicotômicas que se distinguiam, principalmente, entre a assimilação parcial ou a rejeição integral aos programas de governo de conteúdo *peronista* implementados pelo Partido Justicialista - PJ. A pesquisa conduzida por Rojas (2006) demonstra que a miríade de agremiações partidárias, internamente fraturada pelas matrizes ideológicas socialista, comunista e trotskista, dificultou sobremaneira a construção de uma unidade política para o enfretamento à piora das condições sociais de reprodução das classes populares, principalmente dos trabalhadores recém-demitidos da indústria nacional.

Desse modo, como conta Andrés Ruggeri, professor da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires e coordenador do programa de extensão Programa Facultad Abierta, as circunstâncias de isolamento político dos trabalhadores propulsionou a adoção de ações táticas diretas por parte dos recém-desempregados:

Diante do fracionamento e distanciamento de partidos e sindicatos, naquele momento os trabalhadores assumiram uma posição de rebeldia, recuperando, inclusive, formas de ação que já se estavam vinculadas à trajetória do

movimento operário argentino, como a ocupação de fábricas e resistência ao despejo exigido à força pelos patrões. Após esse momento primário da tomada de instalações e maquinário, veio a se desenvolver algo que ainda não compunha o repertório de ações do movimento operário, que era a Autogestão. Sem embargo e longe de ser uma via natural a ser constituída pelos trabalhadores, a autogestão dessas organizações deu origem ao que veio a se chamar Empresa Recuperada.

Além das próprias precariedades jurídicas e materiais enfrentadas pelas ERTs argentinas, Ruggeri (2011) ainda aponta para a desarticulação *funcional* dos sindicatos de trabalhadores argentinos. Segundo o autor, a estrutural sindical herdada da década de 1940, converteu os sindicatos em aparelhos estatais altamente burocratizados e, em maior ou menor grau, “traidores” da classe trabalhadora. Desse modo, prossegue o autor, “a reposta sindical frente às recuperações foi inexistente na maior parte dos casos, inútil em outros e abertamente cúmplice dos patrões em outro tanto” – Ruggeri (2011, p. 68).

Esta etapa de florescimento da ERTs e das cooperativas de trabalho na Argentina guarda uma relevante correspondência incidental com alguns apontamentos teórico-ideológicos realizados pelo intelectual sardo Antonio Gramsci, principalmente em dois escritos: primeiramente, o breve ensaio “Democracia Operária” escrito em 1919, e, em segundo lugar, o texto carcerário publicado sob o nome “A Formação dos Intelectuais”.

No primeiro texto escrito em parceria com Palmiro Togliatti, publicado em junho de 1919 no periódico *L'Ordine Nuovo*, Gramsci expõe uma tese seminal sobre *como dar direção e disciplinar* as forças sociais liberadas, naquele momento histórico, pela guerra mundial. Nesse sentido, não seria presunçoso afirmar que este texto possui mais apelo a um *efeito prático-político* do que a um *efeito de conhecimento*, pois como os autores mesmo afirmam “Este artigo pretende ser um estímulo para pensar e operar; pretende ser um convite aos melhores e mais conscientes operários para que reflitam e [...] fazendo convergir a atenção dos camaradas e das associações.”, Gramsci (1976, p.337).

A primeira assertiva enunciada pelos autores do texto constrói um argumento marcadamente *hegeliano* que evoca a imanência da substância organizativa da sociedade concreta realizada, em *transcendência*, por um estamento particular da sociedade, pois o autor atesta que “O Estado socialista existe já potencialmente nas instituições de vida social características da classe trabalhadora explorada”, Gramsci (1976, p. 337). E prossegue na mesma página:

Coligar entre os trabalhadores estas instituições, coordená-las e subordiná-las a uma hierarquia de competências e de poderes, centralizá-las fortemente, embora respeitando as necessárias autonomias e articulações, significa criar desde já uma verdadeira e própria democracia operária, em contraposição eficiente e ativa com o Estado burguês, preparada desde já para substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio nacional.

O teor normativo desta primeira tarefa programática expõe a concepção geral do modo pelo qual se consolida a necessária transição das particularidades institucionais promovidas pela mobilização das forças sociais do trabalho para formas cada vez mais generalizadas do poder político proletário que se reproduzem sob um sistema de democracia. Sobre isso, os autores expõem que:

Um tal sistema de democracia operária [...] daria uma forma e uma disciplina permanentes as massas, seria uma magnífica escola de experiência política e administrativa, enquadraria as massas até ao último homem, habituando-as a tenacidade e a perseverança, habituando-as a considerarem-se como um exército em campo que tem necessidade de uma firme coesão se não quer ser destruído e reduzido à escravidão [...] Cada fábrica construiria um ou mais regimentos deste exército, com os seus cabos, com os serviços de coligação, com os seus oficiais, com o seu estado-maior, poderes delegados por eleição livre, não impostos autoritariamente [...] obter-se-ia uma transformação radical da psicologia operária, as massas ficariam preparadas e capazes para o exercício do poder, difundir-se-ia uma consciência dos deveres e dos direitos do camarada e do trabalhador, concreta e eficiente porque gerada espontaneamente pela experiência viva e histórica. (GRAMSCI, 1976, p. 340)

É crucial que se ressalte que a tese exposta neste ensaio de militância consigna a construção da *democracia operária* a uma coligação de forças sociais vinculadas verticalmente à ação econômico-corporativa dos sindicatos profissionais em correspondência com o órgão de educação proletária e conscientização da vontade coletiva, o Partido. Necessariamente, essa coligação de forças só se tornaria capaz de se reproduzir e aprofundar por meio da mediação de intelectuais organicamente vinculados ao projeto de construção de uma *democracia operária*. Isso, obviamente, implica visitar o segundo texto anteriormente citado: “A Formação dos Intelectuais”.

Nesse texto, de maior maturidade teórica e política, Gramsci explora a hipótese central de seu estudo sobre os intelectuais e sua função na sociedade, que se expõe pelas seguintes questões: 1) Os intelectuais conformam um grupo social autônomo e independente, ou cada grupo social possui sua própria categoria especializada de intelectuais?; e 2) Quais os limites “máximos” da aceção de “intelectual”?

Em resposta a primeira questão, Gramsci (1982, p. 3) formula uma reflexão que se inicia com a seguinte afirmação:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político.

A partir dessa reflexão inicial, torna-se possível a Gramsci (1982) estabelecer a correspondência adequada entre o capitalista, o economista, o gerente, o técnico da indústria. Nesse sentido, as camadas intelectuais têm como função garantir a reprodutibilidade não só do *campo teórico-ideológico* que se insere em um conjunto específico de práticas da produção social, mas também do *campo concreto*, material, das práticas de produção social exercitadas por determinado grupo ao qual estão vinculados os intelectuais. No entanto, Gramsci (1982, p. 4):

Deve-se anotar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas ainda em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens: deve ser um organizador da "confiança" dos que investem em sua fábrica, dos compradores de sua mercadoria, etc.). Os empresários [...] devem possuir capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe: ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os "prepostos" (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores a fábrica. Pode-se observar que os intelectuais "orgânicos", que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, "especializações" de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz.

Este excerto condensa a necessária relação que Gramsci observa entre os intelectuais e a construção da hegemonia pela classe e os grupos sociais a ela vinculados. Consequentemente, o termo "orgânico" alude às capacidades das camadas intelectuais em produzir e reproduzir a tessitura constitutiva fundamental para que determinado grupo ou classe estabeleça as condições de direção da vida social em oposição às forças sociais que conformam energias para enfrentarem a consolidação daquelas condições. Por isso, Gramsci (1982, p. 5), compreende que:

Cada grupo social "essencial", contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até aos nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.

Desta forma, a constituição das camadas intelectuais próprias a ascensão da burguesia como classe dirigente encontrou oposição da camada de intelectuais eclesiásticos vinculada à aristocracia fundiária própria da ordem social feudal. Assim, os intelectuais eclesiásticos também se colocavam em posição antagônica a formação de uma camada intelectual constituída por juristas e administradores, cujo desenvolvimento se dava na mesma proporção da concentração política e fundiária sob a égide da monarquia absoluta.

Ao conduzir sua reflexão a esse ponto, Gramsci (1982) estabelece os marcos teóricos para responder à questão sobre os limites máximos da acepção de “intelectual”. Gramsci (1892) identifica uma ordem de equívocos que se impõe mediante a redução do conteúdo histórico-social da categoria “intelectual” a mero índice qualificativo intrínseco a própria *prática intelectual* exercida mecanicamente pelo tipo clássico de *pensador criativo* ou de *divulgador passivo* da riqueza intelectual tradicional. Pelo contrário, para Gramsci (1982) a atividade intelectual deve ser entendida como produto de um complexo geral de relações sociais do qual se destaca as singularidades da função organizativa-coordenativa do intelectual no processo de produção da hegemonia.

Nesse sentido, a produção de uma nova hegemonia, uma hegemonia operária, dependeria necessariamente da constituição de seus próprios intelectuais, vinculados à atividade organizativa-coordenativa de uma cultura operária correspondente à formação da *democracia operária*. É precisamente a partir desse argumento que se pode entender, de fato, as experiências de tomada e recuperação de empresas na Argentina como formas historicamente específicas da aprendizagem coletiva dos trabalhadores, orientadas ao exercício de práticas de *autogestão proletária*. Ou seja, a *autogestão proletária* só manifesta seu conteúdo histórico *na e para* a experiência argentina à medida que o *auto-governo* dos trabalhadores é forma de desenvolvimento de uma nova hegemonia, e isso implica a necessidade de que essas corporações de trabalhadores-dirigentes constituam-se tanto como experiências administrativas quanto como experiências políticas.

O raciocínio acima supõe que, se a atividade intelectual da massa operária deve ser centralizada em um organismo político-partidário de luta do trabalho e se a atividade econômico-corporativa deve centralizada na ação dos órgãos sindicais, os apontamentos teóricos de Gramsci permitem que sejam feitas algumas asserções sobre o caso particular da *autogestão proletária* dos trabalhadores em ERTs argentinas.

Da unidade a fragmentação: a contingência do movimento nacional das empresas recuperadas

As contradições engendradas pela particularidade argentina conduziram ao resultado de que toda a força-motriz para a direção e disciplina da energia criativa manifestada pelo processo de tomada dos meios de produção e reconstrução das capacidades produtivas de instalações falidas teve de ser concentrada pelas próprias ERTs. O produto imediato dessas circunstâncias inescapáveis se manifestou na necessidade de que os próprios movimentos de empresas recuperadas teriam que concentrar os meios para forjar organicamente os intelectuais para a reprodução ampliada de suas práticas de resistência e produção.

Tal imposição das circunstâncias engendrou constrangimentos que se acumularam às contradições que já se haviam implantado no seio do MNER. O primeiro constrangimento emergiu como uma ruptura que já se ensaiava desde os primeiros momentos: o surgimento do Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas por seus Trabalhadores (MNFRT). Sobre esse fato, Eduardo Murúa apontou que:

O primeiro momento de fracionamento do movimento das empresas recuperadas se deu entre 2002 e 2003 em virtude da formação MNFRT, principalmente, da sua liderança [Luís Caro] que, por uma concepção corporativa e individual concebia as empresas recuperadas como oportunidades para ganhos com a venda de serviços de assistência jurídica aos trabalhadores. Certamente, essa posição tomada por ele influenciou a decisão de muitos em se distanciar das propostas do seu movimento e a buscar outras alternativas.

Neves (2013) explica que o MNFRT surgiu como uma dissidência do MNER em 2003, em decorrência das críticas de Luís Caro à crescente politização do movimento de empresas recuperadas, o que, para ele, seria indevido e incompatível com as necessidades de organização dos trabalhadores. O MNFRT possui uma intervenção mais ativa na gestão das empresas recuperadas, o que constitui outro ponto de divergência com o MNER. Também deve ser salientado que o MNFRT é contra o lema *Ocupar, Resistir, Produzir*, argumentando que a ocupação de uma propriedade ou um bem privado é um delito previsto no código penal argentino e, portanto, seria uma estratégia errada. Caro instrui os trabalhadores que permaneçam em estado de greve na empresa abandonada, o que evitaria qualquer tentativa judicial de despejo. Centralizado e personalizado na figura de Caro, o MNFRT se estrutura

com base em um representante por empresa e se reúne cada vez que considera haver um assunto para discussão.

Após essa ruptura inicial, seguiu-se uma cisão mais profunda conduzida no seio das deliberações sobre os rumos políticos que o movimento de empresas recuperadas deveria seguir em relação ao governo justicialista de Néstor Kirchner, que desde sua eleição em 2002 havia conseguido manter consenso e capacidade diretiva e, com isso, a estabilização das contradições macroeconômicas já em 2004 – crescimento do PIB em 9%, crescimento da produção industrial em 13%, crescimento também da taxa de investimento em relação ao PIB para 18%, e crescimento das reservas internacionais, segundo Broder (2005).

O ritmo da estabilização econômica, política e social alimentado por Kirchner em seu primeiro mandato conquistou enorme apoio das camadas proletárias e outros extratos que sofreram com a pauperização forçada pela crise de 2001-2002. Entre os trabalhadores inscritos no MNER, provocou-se um racha: algumas lideranças, como Eduardo Murúa, apontavam para a necessidade do movimento de se manter como pólo combativo e de enfrentamento a Kirchner, enquanto outras lideranças, como Silvia Diáz, enfatizavam a necessidade de articulação com o Estado, principalmente como forma de luta institucional para a produção de políticas públicas que pudessem prover recursos para a organização e viabilidade econômica das ERTs e das cooperativas de trabalho.

Em 2005 a ruptura atingiu um grau elevado de saturação a partir de um episódio que dividiu os trabalhadores do MNER e em 2006 o grupo de trabalhadores dissidentes fundou, então, a Federação Argentina de Cooperativas de Trabalho e Autogestão (FACTA). De acordo com Litman (2017), a FACTA, desde seus primeiros momentos congregou tanto ERTs quanto cooperativas de trabalho², que hoje somam mais de sessenta organizações congregadas à federação, reunindo um contingente de cerca de 2.500 trabalhadores-dirigentes, principalmente na Região Metropolitana de Buenos Aires. Entre os exemplos mais emblemáticos de organizações nucleadas pela FACTA encontram-se a ERT “Hotel Bauen” que, mesmo após 20 anos de luta pela expropriação do capital, ainda encontra-se em situação jurídica delicada, pois os trabalhadores estão sujeitos a despejos recorrentes, e a cooperativa

² A diferença tipológica que atinge ERTs e cooperativas de trabalho recai sobre uma questão histórico-política de simples compreensão: as cooperativas de trabalho são formas organizacionais de produção associada que desde seu início manifestam-se juridicamente como cooperativas nos marcos da Lei Nacional 20.337; as ERTs, por sua vez, são organizações que podem se configurar juridicamente como cooperativas, mas que são portadoras de longa história de lutas físicas e judiciais dos trabalhadores para resistirem e produzirem, nos marcos de um processo de expropriação do capital dos antigos dirigentes. Por essa razão, optou-se por manter, ao longo do texto, as duas formas de denominação.

de trabalho “La Cacerola”, cuja organização emergiu do caldo social experimentado pelos *cacerolazos* de 2001-2002.

Sobre esse segundo momento de ruptura interna que resultou na formação da FACTA, Eduardo Murúa expressou que:

Estávamos em negociação com o Governo em 2005, mas não conseguíamos nada e, depois de uma deliberação rápida, decidimos ocupar o gabinete do Presidente. Se ocupávamos fábricas, por que não ocuparíamos uma sala? Uma parte do nosso movimento, todavia, que já ensaiava um apoio ao Governo, se aproveitou dessa situação para definir que a ocupação do gabinete tinha sido uma decisão antidemocrática, pois não tinha sido autorizada pela consulta às bases do movimento. Desde aí, essa federação optou por se consolidar como ponte entre trabalhadores e Estado. Ingênua. Acreditava que o Estado Burguês iria integrar a autogestão a sua proposta de dominação social. Por outro lado, também não apoiaram nossa decisão democrática de articular canais políticos com a Venezuela de Hugo Chávez, onde outras empresas recuperadas estavam em formação. Como resultado, as divisões foram aumentando e a fragmentação de hoje parece só crescer.

Por sua vez, Silvia Diaz, que se tornou a vice-presidente da FACTA, além de ser trabalhadora-dirigente da cooperativa La Cacerola, comenta que:

Em 2006 fundamos a Federação porque interpretamos que a conjuntura política era favorável a um intercâmbio mais próximo com o Estado. Conquistamos diversas vitórias e espaços institucionais, principalmente com aportes de crédito e políticas públicas pontuais de apoio as cooperativas de trabalho de uma forma geral. O MNER, principalmente Murúa não queria diálogo e preferiu assumir uma posição de isolamento. Infelizmente. Eduardo Murúa e a IMPA como um todo foram fundamentais para a consolidação de várias empresas recuperadas e cooperativas de trabalho na Argentina e, até mesmo, fora dela. Hoje o fracionamento dos movimentos de recuperadas e cooperativas acompanha o fracionamento geral da classe trabalhadora, principalmente quanto às questões político-partidárias.

Em complementação a esses comentários, Andrés Ruggeri assumiu a seguinte posição quando questionado sobre os processos mais emblemáticos de recuperação de empresas, que tanto serviram para unir quanto para desagregar a luta dos trabalhadores e que poderiam explicar a desagregação epidêmica do movimento e de sua homogeneidade inicial:

Esses processos se deram todos no mesmo caso emblemático de empresa recuperada: a IMPA. No início a IMPA foi imprescindível para todos os trabalhadores que precisam proteger seus postos de trabalho. Era uma empresa constituída por pessoas que tinha uma bagagem junto aos movimentos sociais, de uma forma geral. Na IMPA foram tomadas várias posições de unidade dos trabalhadores de recuperadas, A IMPA estava sempre disponível para a luta e para a organização. Com o passar dos anos, a liderança de Murúa tomou a centralidade dos processos de tomada de decisões e essa centralidade foi tida como negativa por diversos segmentos de trabalhadores. O sectarismo foi, dessa forma, a opção política de Murúa e que acabou produzindo um enorme fracionamento do movimento, principalmente em relação aos trabalhadores e outros militantes que consideravam outras alternativas de ações concretas. Foi assim que surgiram outras organizações e federações, entre elas a FACTA, que procuram integrar a pluralidade das práticas de autogestão e assumir uma postura de diálogo aberto com outras instituições.

O forte efeito regressivo que o fracionamento da mobilização dos trabalhadores impõe sobre o desenvolvimento de uma consciência de classe combativa é expresso, de forma lúcida e pessimista por Eduardo Murúa, quando perguntado sobre como, em sua opinião, a experiência de organização dos trabalhadores na forma cooperativa possibilita o desenvolvimento de sua subjetividade:

Na minha forma de ver o quadro geral que se apresenta hoje, o desenvolvimento da subjetividade do trabalhador nas empresas recuperadas se dá de forma lenta e descontínua. Por mais que estabeleçamos uma forma democrática de distribuição do trabalho e das remunerações, e da forma de decidir as coisas daqui “de dentro”, os trabalhadores não conseguem projetar uma forma de mobilização política contínua para intervirem nas circunstâncias “de fora”. Muitos aqui, inclusive, votam na “direita” e vem trabalhar no dia seguinte em uma empresa de autogestão, empresa sem patrão. Talvez essa seja a ilusão mais trágica: a da empresa sem patrão. É claro que temos patrão. Não é porque não temos a figura do antigo diretor, do gerente, ou da chefia de produção que nós não temos patrão. No nosso modo de produção o capital é o patrão de todos nós. Nos vendemos e produzimos

para o capital. Isso não é admitido pelo conjunto dos trabalhadores de empresas recuperadas

O pujante e polêmico comentário de Eduardo Murúa é a constatação prática dos limites imputados pela própria concepção de *empresas sem patrão*, que reproduzem ideologicamente os caracteres essenciais confinadores do potencial desenvolvimento da consciência de classe. Outra vez, o intelectual sardo Antonio Gramsci se faz necessário para o exame da questão, principalmente na passagem em que examina as relações de forças políticas.

Naquela seção, Gramsci (2014) considera a existência de três *momentos* necessários para se avaliar as condições de homogeneidade, autoconsciência e organização alcançada pelos vários grupos sociais. Como explicar o autor, o primeiro *momento* circunscreve o grau econômico-corporativo da consciência política coletiva e se manifesta na solidariedade estabelecida pelas circunstâncias imediatas dos vínculos profissionais que, no entanto, não possui forças para se elevar à unidade de um grupo social mais amplo. O segundo *momento* caracteriza-se pela conformação de uma solidariedade de interesses entre as várias camadas e segmentos do grupo social amplo, porém essa identidade de interesses ainda se apresenta limitada ao escopo econômico, embora o Estado já esteja presente nessa forma de consciência ainda que na forma jurídico-política que lhe é própria à ordem social vigente. Por fim, o terceiro e mais elevado grau de desenvolvimento da consciência política coletiva é aquele em que os próprios interesses corporativos e econômicos superam os escopos dos momentos anteriores e tornam-se os interesses de outros grupos subordinados. Segundo Gramsci (2014, p. 41-42):

Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação dela, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unicidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.

De fato, à luz dos argumentos de Gramsci (2014), o comentário de Eduardo Murúa a respeito da evolução da subjetividade do trabalhador-cooperado e da concepção ilusória da “empresa sem patrão” passa ser revestido por um conteúdo político-ideológico eminentemente caracterizado pela subsunção da consciência coletiva do grupo de trabalhadores *em autogestão* ao primeiro momento designado por Gramsci (2014). Em um

breve período da convulsão social, localizado em 2001-2002, quando os interesses econômicos gerais de grupos sociais mais amplos conformaram uma identidade em torno do lema *Que se vayan todos!*, houve uma transição da consciência política coletiva para um segundo grau. Porém a fragmentação do movimento de empresas recuperadas, o distanciamento e fracionamento de sindicatos e partidos políticos do *campo do trabalho* impediram a elevação da consciência política coletiva dos trabalhadores em direção ao terceiro momento.

Foi precisamente durante o período de recomposição produtiva durante o Governo Kirchner que se deu, por um lado, o florescimento quantitativo das experiências de organização corporativa dos trabalhadores-dirigentes nas ERTs e em cooperativas de trabalho e, tragicamente, por outro lado, perdeu-se a substância concreta da vontade coletiva em torno de um projeto de hegemonia que tivesse os caracteres de uma mudança no processo de direção da vida social.

Além disso, a trabalhadora-dirigente Silvia Díaz, ao relatar sobre a trajetória de formação e consolidação da cooperativa de trabalho La Cacerola, revelou um elemento relevante para se compreender *como* a fragmentação político-ideológica vivida pelos trabalhadores na Argentina produz outras contradições:

Desde quando conseguimos abrir a La Cacerola, em 2002, sempre fizemos questão de mostrar aos cooperados que éramos todos trabalhadores ainda, proletários. Acreditávamos ser muito importante sempre reproduzir esse vínculo para que nós da cooperativa mantivéssemos nossa identidade como trabalhadores. Não só aqui dentro, mas também em outros lugares e em outras cooperativas, isso era difundido constantemente e absorvido pelos trabalhadores porque a única diferença que havia sido feita com a forma de cooperativa de trabalho consistia no fato de que agora os trabalhadores também eram dirigentes e poderiam ocupar espaços de decisão que antes eram inalcançáveis. Por outro lado, o movimento operário tradicional não nos compreende dessa forma e não houve uma integração orgânica dos trabalhadores em autogestão com os trabalhadores assalariados. Acredito que isso se dê mais em razão da fragmentação político-ideológica do movimento operário Argentino como um todo do que em razão de questões pontuais ou de preferências político-partidárias. Isso ficou nítido para mim quando os “partidos de esquerda”, que deveriam ter trabalhado para compor uma unidade entre os trabalhadores, se aproximaram dos trabalhadores em

autogestão apenas para identificar e fabricar novos militantes potenciais para suas causas políticas isoladas. Esse tipo de oportunismo ficou bem estampado, principalmente com o crescimento do número de cooperativas de trabalho e de empresas recuperadas.

O comentário de Silvia Díaz também encontrou correspondência nas falas de Andrés Ruggeri e de Eduardo Murúa e nos apresenta dois elementos de grande importância. Em primeiro lugar, o fracionamento estrutural do movimento operário deu origem a um *reacionarismo* da “esquerda” que, desse modo, enterrou-se em um projeto imediato de protesto e de isolamento político. Em segundo lugar, o comentário de Silvia Díaz identifica que a ausência de uma unidade político-ideológica conformadora de uma consciência política coletiva para além dos limites econômicos promoveu um projeto de desagregação estrutural do movimento operário, reproduzindo a divisão entre trabalhadores-dirigentes em ERTs e cooperativas de trabalho e os trabalhadores assalariados.

Se a *autogestão proletária* é um projeto de hegemonia operário-popular, circunscrito à execução de práticas políticas e administrativas de construção de uma *democracia operária*, é necessário afirmar que, diante de cenário de absoluta tragédia e impotência do movimento operário de conseguir promover uma unidade político-ideológica e favorecer, inclusive, o aprofundamento da dominação burguesa, permanece a pergunta-título feita por Novaes (2007): qual autogestão?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão teórico-empírica promovida pelo artigo foi direcionada para uma discussão que emergiu da utilização de *narrativas discursivas*, obtidas por meio de entrevistas com os interlocutores selecionados, como referência para um debate teórico realizado a partir das contribuições do intelectual A. Gramsci, principalmente concentradas em aportes sobre a democracia operária, intelectuais orgânicos e hegemonia e consciência política coletiva. Estruturado em dois núcleos de análise, discute-se a experiência empírica dos trabalhadores da IMPA e a formação do MNER; em seguida, discorre sobre a fragmentação desse movimento nacional.

O produto alcançado por este trabalho teórico permitiu compreender as contradições mediadas pela formação de resistência operária mediante as crises agudas do capital e as sobredeterminações engendradas por estas contradições originárias incorrendo no trágico

fracionamento do movimento nacional de empresas recuperadas (MNER) em conjunto com a desagregação ideológica do movimento operário como um todo, que constrangeu as forças sociais necessárias para a elevação da consciência política coletiva.

É contraditório, contudo, que, em se considerando a profunda desagregação entre massa de trabalhadores assalariados e o pequeno contingente de trabalhadores-dirigentes, sejam os trabalhadores-dirigentes os portadores de uma nova hegemonia a partir de um novo processo organizativo-coordenativo do processo de produção e, mesmo assim, colocados à margem pela luta político-sindical argentina.

Talvez essa consideração seja relevante para demonstrar a incapacidade destes processos de *democratização unilateral* conquistados pelos trabalhadores de ERTs, embora sejam processos de grande significância moral e prática, de se tornarem *universalizantes* do ponto de vista político-estatal. Fato que sugere a admissão de que não se pode promover a transformação ampla da formação social sem a adequada estrutura de dominação pelas vias de uma centralização e homogeneização necessárias à formação de uma unidade, ou seja, sem *Partido*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMOVSKY, E. *Historia de las Clases Populares em la Argentina: desde 1880 hasta 2003*. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.
- ARGENTINA. *Informe del IV relevamiento de Empresas Recuperadas en la Argentina (2010-2013)*. Universidad de Buenos Aires: Programa Facultad Abierta, 2014.
- BRODER, Pablo. *Dos años en la Era K: Luces y sombras de la postconvertibilidad*, Buenos Aires: Planeta, 2005.
- DÍAZ, J. et al. Uso y Políticas de TICs en la Educación Superior de Argentina: El caso de la Universidad Nacional de La Plata (UNLP). In: *Ponencia presentada en el X Congreso Internacional EDUTECH*. 2007.
- GRAMSCI, A. Democracia Operária. In: GRAMSCI, A. *Escritos Políticos*. vol I. Liboa: Seara Nova, 1976. pp 337-341.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GRAMSCI, A. Maquiavel: Notas Sobre Estado e a Política. *Cadernos do Cárcere*. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- HENRIQUES, F. C; THIOLENT, M. J. Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 2, p. 89-105, 2013.
- LITMAN, L. C; *Producir desde la Incomodidad: una economía moral del trabajo autogestionado*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade de Buenos Aires. 2017.
- NEVES, R. B. D. *Adeus ao Patrão: Experiência e Consciência Política dos Trabalhadores das Organizações Piqueteiras e das Empresas Recuperadas na Argentina (1996-2011)*. Tese. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. 2013.
- NOVAES, H. T. *Reatando um fio interrompido: a relação universidade movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, SP: Expressão Popular-Fapesp, 2012.
- NOVAES, H. T. Qual autogestão?.in: *V Encontro Internacional de Economia Solidária*, 2007.
- RAMOS, M. P. *La Economía Política Argentina: Poder e Clases Sociales (1930-2006)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- ROJAS, G. A. *Os Socialistas na Argentina (1880-1980): um século de ação política*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade de São Paulo. 2006.
- RUGGERI, A. Reflexiones sobre la autogestión en las empresas recuperadas argentinas. *Estudios. Revista de Pensamiento Libertario*, n. 1, p. 60-79, 2011.